

## A EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL E AS CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS NO CAMINHO DA PESQUISA CIENTÍFICA\*

Luciano Antonio FURINI\*\*

Eda Maria GÓES\*\*\*

**Resumo:** Busca-se demonstrar como o processo de dominação capitalista captura, inclusive, a prática científica, transformando-a em produto, destacando, portanto, a importância do questionamento dos pressupostos na pesquisa científica. É também explicitando como são comercializados os direitos que se busca, aqui, remeter à importância da existência de um espaço da equidade espontânea na sociedade brasileira. Por fim, é sugerindo pensar o real isento da máscara imposta pelos dominantes que se pretende apontar novos caminhos de ação.

**Palavras-chave:** exclusão social; população de rua; entidades assistenciais; pesquisa científica; trabalho; Presidente Prudente (SP).

**Resumen:** Se busca demostrar como el proceso de dominación capitalista captura, inclusive, la práctica científica, transformándola en producto, destacando, por tanto, la importancia del cuestionamiento de los presupuestos en la investigación científica. Es también explicitando como son comercializados los derechos que se busca aquí, remitir a la importancia de la existencia de un espacio de la equidad espontánea en la sociedad brasileña. Por fin, es sugiriendo pensar lo

---

\*Este texto faz parte das reflexões que vêm sendo efetuadas na pesquisa de mestrado, intitulada: "Processos Sociais Excludentes em Presidente Prudente-SP: o caso da população de rua e das entidades assistenciais; a análise do cotidiano e do vivido na reprodução da vida e do lugar"; junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP.

\*\*Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. Bolsista do CNPq – Brasil. E-mail: luanfu@bol.com.br

\*\*\*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. E-mail: edagoes@prudente.unesp.br

real, exento de la máscara impuesta por los dominantes que se pretende apuntar nuevos caminos de acción.

**Palabras-clave:** exclusión social; población de la calle; grupos de asistencia; investigación científica, trabajo; Presidente Prudente (SP).

## 1. INTRODUÇÃO

Muito se pesquisa hoje, em relação direta ou indireta com a temática *trabalho*. Porém, para quais tipos de análise a categoria *trabalho* seria o eixo adequado? As categorias de análise podem ser utilizadas dentro de campos específicos, porém devem ser consideradas em seu real valor de acordo com o campo de análise, pois se forem transportadas para todas as áreas como centrais, acabam por limitar a pesquisa.

Buscando opções adequadas para se pesquisar a respeito da população de rua e dos assistidos por grupos e entidades que compõem parte dos atingidos pelo processo de exclusão social na cidade de Presidente Prudente (SP) é que se faz aqui considerações acerca de algumas possibilidades de pesquisa, que tanto apontam para as limitações atuais como para novos caminhos nas análises sobre desigualdades sócio-espaciais. Uma das opções seria analisar o cotidiano e o vivido nas fronteiras de domínios como público e privado, inclusão e exclusão, partindo-se da hipótese de que as pessoas que fazem parte destes segmentos da população encontram-se nesta situação após fatos ocorridos tanto no âmbito global quanto local, logo, seria na análise do lugar que se buscaria entender a causa do fenômeno. Outra referência importante, por tratar-se de uma sociedade díspar, como a brasileira, seria o debate acerca do conceito de cidadania.

## 2. O TRADICIONAL E O MODERNO NA NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO

É possível considerar-se, a princípio, os mecanismos ideológicos reguladores do trabalho, os quais evidenciam como o discurso controlador

busca impor um ritmo de trabalho moldado no modo de produção. Desta maneira pode-se começar a questionar as construções realizadas para perpetuar ou legitimar padrões de controle no discurso acadêmico ou na organização social.

Não é desconhecida a importância que foi e é dada, dentro das sociedades, aos mecanismos controladores da disciplina do trabalho. Estudando a Inglaterra do século XVIII, Thompson (1998) mostrou como os costumes foram utilizados por pesquisadores e pelas sociedades na elaboração de normas relacionadas à educação, cultura, disciplina de trabalho e legislação em geral. Caracterizando como a Revolução Industrial e a Revolução Demográfica foram o pano de fundo para revolucionar as necessidades – que acabou por destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes – ele destaca como o tradicional dá lugar ao moderno e como o tempo vai ser apropriado em diversas situações na normatização do trabalho.

Quando são apresentadas as nuances entre a *orientação pelas tarefas* e o *trabalho com horário marcado*, observa-se que o tempo possui variáveis de normatização de acordo com os processos de trabalho:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu *próprio* tempo. O empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998, p.272, grifo do autor)

Com a *Revolução das Necessidades*, tinha-se que: “As máquinas significam disciplina nas operações industriais” (THOMPSON, 1998, p.284). Com as máquinas ditando o ritmo da produção, o cálculo e a previsão passam a ser considerados minuciosamente. O relógio possibilita que o tempo seja valorizado a cada minuto e torna-se necessária a administração rigorosa do tempo e da força de trabalho empregada. Abre-se ao mundo a padronização: do

tempo, do trabalho e do trabalhador. Elementos que agora estão dispostos na prateleira da competitividade e vão ser comercializados segundo a lógica de acumulação capitalista, gerando excedentes de produtos e de força de trabalho. Os produtos seriam armazenados para se conseguir melhores preços, o mesmo ocorreria com a força de trabalho que sendo bem controlada e sempre excedente, proporcionaria sempre o melhor preço. Observa-se que a força de trabalho não era a última posse do trabalhador, – expropriado das ferramentas de trabalho – pois se ele possuísse realmente, ele é que aguardaria o melhor preço para negociá-la. O que se tem, então, é que o trabalhador, apesar de possuir a força de trabalho no âmbito individual – que para o mercado e empregador quase nada significa – não a possui no âmbito social e é nessa escala macro que o controle é exercido através do uso do tempo com a normatização.

A partir dessas reflexões, pode-se indagar qual seria o sentido do tempo para a população de rua e como esta se orienta para as tarefas diárias visto que morar nas ruas e não possuir um trabalho no setor formal torna o vivido desta população algo repleto de particularidades. Também se pode buscar descobrir por meio da investigação de seus costumes, como as tarefas diárias os integram parcialmente na sociedade, já que acabam por ser evitados em diversos locais, tanto públicos como privados.

Se buscarmos uma analogia entre a disciplina de trabalho numa empresa e a disciplina (se é que existe) de vida da população de rua, facilmente observaremos que a inserção da pessoa num determinado modo de produção altera sua percepção de tempo. Estes aspectos vão ser apreendidos por Thompson quando este se refere à ociosidade dos trabalhadores no século XIX, realçando que:

Sem dúvida isso era pior que o bingo: uma não produtividade combinada com impertinência. Na sociedade capitalista madura, todo tempo deve ser consumido, negociado, utilizado: é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (THOMPSON, 1998, p.298, grifo do autor).

Destaca-se também aqui que, em determinadas circunstâncias, a população de rua já não se encontra na situação de *exército de reserva* da força de trabalho – pois, como seriam *reserva* se não possuem as condições básicas para ingressarem no mercado? – ou seja, o *morar nas ruas* acaba por eliminar quase todas as possibilidades de acesso ao setor formal, visto que podem ter suas condições psicológicas e materiais afetadas ao permanecerem morando nas ruas, restando apenas a opção de trabalhos eventuais, que por si não configuram *reserva* e sim uma inserção precária no mercado.

Como então é possível, por meio de categorias baseadas no trabalho, dar conta de explicar e analisar a situação de populações que estão à margem do mercado de trabalho? Nesse sentido, deve-se dialogar com os autores que se dedicam a questionar bases analíticas que supostamente não dariam conta de explicar certos fenômenos, abrindo espaço para utilização de novas categorias.

O trabalho de Offe (1989) destaca reflexões sociológicas que constata uma crise da sociedade do trabalho, na qual categorias estruturadas nesta vertente estariam sendo deslocadas na análise científica. No entanto, quando se pretende pesquisar aspectos do processo de exclusão social, depara-se com o norteador *trabalho*, não para determinar particularidades destas populações, mas para ser apenas um dos marcos entre estes segmentos. Offe apresenta especificidades do contexto europeu recente que destacam a possibilidade de novas abordagens:

Aliás, essa constatação coincide de modo notável com as mais recentes análises marxistas, as quais afirmam que o mecanismo do exército de reserva, suposto na tradição marxista, perdeu sua eficácia genérica, entre outros motivos por causa do caráter crescentemente “heterogêneo” do trabalho social (OFFE, 1989, p.32,)

Tal heterogeneidade engloba, por exemplo, o setor de serviços, considerado por Offe um *corpo estranho* dentro do capitalismo. Se por um lado, os participantes do *setor de serviços* são enquadrados, por

esse autor, no modo de produção com tal singularidade, qual seria então a função dos participantes do setor informal neste contexto, senão a de constar como um *exército de reserva* que nunca é utilizado e fazer parte de uma exclusão exacerbada? Diante destes fatos, concebemos que, se em parte tal categoria dava conta de explicar a condição de desemprego no âmbito global, acaba por não o fazer no âmbito local quando o setor informal (não agrícola) chega a atingir 30% (na América Latina), segundo estimativas do início da década de 90 (JAKOBSEN et al, 2000), portanto o que é reserva de mão-de-obra para o mercado mundial apresenta outras características no âmbito local devido às circunstâncias regionais. É evidente que com tantos *caindo fora* da formalidade e da possibilidade de trabalho, o *coro* dos atingidos pelo processo de exclusão social começa a erguer a voz e buscar novos ritmos e novos *cantos*, exigindo novas abordagens que considerem as especificidades da sociedade atual. Ao mesmo tempo que a idéia de exército de reserva denuncia uma prática do processo de acumulação e exploração capitalista, ela pode também suscitar a idéia de possível reintegração desta reserva, o que nem sempre ocorre. Faltaria, então, uma reflexão sobre a adequação atual dessa categoria baseada no trabalho.

### 3. QUESTIONANDO OS PRESSUPOSTOS NA PESQUISA CIENTÍFICA

A idéia de o discurso científico *debruçar-se sobre si mesmo* é discutida por De Decca (1986), o que revela como a classe operária encontra canais de expressão nos discursos acadêmicos quando do desmontagem do dispositivo ideológico criado no pós 64. Dispositivo tal, que havia homogeneizado a classe operária e os intelectuais num mesmo campo de vencidos e estagnado os canais de transformações. Logo, discutir sobre o discurso acadêmico é ressaltar a importância de conhecer a ideologia que contextualiza as pesquisas científicas, tanto quanto a construção de uma memória histórica - como a da *revolução de 1930*, que ocultou a luta de classes.

Como ressalta De Decca (1986), no Brasil, as produções teóricas do período pós 64, que supostamente possuíam um discurso crítico, acabaram por construir uma prática científica que era altamente ideologizada e classificatória. Criou-se, desta maneira, um campo de vencidos homogeneizado na figura do intelectual e do proletário, assim:

Essa totalização, própria à uma certa noção de objetividade da ciência - enquanto esfera especializada do saber -, ao recorrer à classe operária ou ao movimento operário como objetos, como abstrações, silenciou os ecos da experiência proletária marcada desde a sua instituição pelo signo da diferença (DE DECCA, 1986, p.34)

Não se duvida que foram as *voces* operárias surgidas no contexto das superações e no insurgimento de novos personagens na história que colaboraram para uma superação desse modo de pensar. Assim o marco histórico 64, que instrumentalizava o silêncio destes vencidos, foi irrompido e desmontado em seu dispositivo ideológico. Logo, o *uso do tempo*<sup>1</sup> foi utilizado pelos intelectuais que pretendiam *correr na frente* das práticas acadêmicas e, contudo, acabaram por limitar novas possibilidades de ações. De Decca então, após explicar como o desmonte desse dispositivo ideológico gera uma releitura e uma reelaboração das práxis diferenciadas da classe operária e dos próprios intelectuais, destaca a importância do questionamento dos pressupostos na pesquisa.

Reitero, aqui, uma preocupação de tomar os discursos a partir de suas posições estratégicas, já que a reflexão exclusiva em torno de seu próprio objeto não é capaz de explicitar o dispositivo ideológico que o sustenta" (DE DECCA, 1986, p.37).

<sup>1</sup> In: Michelovitch (2000), demonstra como o uso do tempo é utilizado para perpetuar uma totalização da sociedade sob a máscara do novo e com um destino fatal.

Como se pode notar, a carga ideológica pode estar presente em diversos processos sociais. Na pesquisa com a população de rua pode-se conceber a existência de um outro tipo de construção ideológica, no qual os *vencidos* são, por vezes, vistos por meio de rótulos que encobrem potencialidades diversas e acabam por sobrepor o estigma da fatalidade.

Dessa forma, vê-se a importância da produção científica não ser alienada ou tendenciosa, pois do contrário se seguiria apenas *correntes de pensamento*, sem se atentar para as particularidades do fenômeno. Se o trabalho científico consegue desprender-se do dispositivo ideológico, ele vai colaborar para captar o surgimento de novos valores. Sader aproxima-se disso ao elaborar seu trabalho “Quando novos personagens entram em cena” (1995), pois não lhe fogem as minúcias em que se percebe o verdadeiro sentido do processo estudado, embora se deva ter em mente que não existe uma neutralidade, principalmente nas ciências sociais.

Quando Sader (1995) apresenta as circunstâncias em que novos sujeitos *entraram em cena* no Brasil dos anos 1970 e como estes se organizaram, observa-se que as bases comunitárias estão presentes no contexto: Clube de Mães; Pastorais Operárias; Movimento de Saúde da Periferia Leste; Comunidades Eclesiais de Base; logo, quando a pesquisa sobre exclusão social procura conhecer a abrangência do trabalho das entidades assistenciais, ela também procura apreender espaços potenciais de gestação do novo.

O surgimento do novo – enquanto sujeitos que surgem buscando tornar a cidadania contemporânea para todos – ocorre independente do processo de exploração que foi lançado sobre a sociedade, ele está latente e pode surgir a qualquer momento e com maior força. Sabendo disso, lideranças políticas de vários setores buscam manipular e controlar esses espaços de possível gestação do novo. Muitas vezes com a máscara de *ajuda*, estas lideranças penetram nas organizações não-governamentais e impedem as possibilidades de transformações profundas, o que muitas vezes contribui para gerar uma *população de assistidos*.

Outra contribuição importante na obra de Sader, refere-se ao *fechamento* de espaços públicos para o debate político: “Assistimos tanto

o fechamento de espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizam experiências sem incidência direta na institucionalidade política” (SADER, 1995, p.115). Uma das propostas da pesquisa por nós desenvolvida é justamente buscar identificar aspectos das apropriações e divergências ocorridas entre espaços públicos e privados, procurando entender os processos de utilização, destinação e apropriação que permeiam os mesmos, pois as limitações impostas nos espaços públicos evidenciam não só o caráter de controle ali estabelecido, mas também a necessidade de se questionar o que é realmente de uso público.

Trata-se justamente do *não ter espaço*: no trabalho, na família, no lazer ou sequer na representação positiva das pessoas, que ameaça o *status* de muitas pessoas passíveis de tornarem-se moradores de rua. Não tendo acesso a esses espaços, a pessoa vai se afundando em expectativas não atingidas e pode vir a formar populações de rua. Conforme algumas constatações realizadas nos primeiros contatos com a população de rua, percebeu-se diversas potencialidades presentes que não anuladas ou sufocadas por fatores não controlados por essa população. Laços de solidariedade, regras de convivência, atividades diversas, criatividade e estratégias múltiplas de sobrevivência são alguns elementos encontrados abundantemente no cotidiano da população de rua.

Uma das possibilidades de se reverter um quadro de exclusão social é a própria articulação dos atingidos pelo processo de exclusão, formando um movimento de luta. Tal articulação torna-se mais difícil se os envolvidos não possuírem poder de negociação. Uma dificuldade na organização de reivindicações da população que vive nas ruas é que esta não está engajada diretamente no processo produtivo, aspecto que é discutido por Sader quando este ressalta a luta operária na década de 70 e como os operários possuíam poder de negociação, pois tinham algo considerado importante: a força de trabalho.

Os movimentos que se constituíram a partir de trabalhadores qualificados tenderam a apoiar-se na própria importância

destes para o processo produtivo [...] Já os movimentos constituídos a partir de trabalhadores precários, de donas de casa, de favelados, tendo por base a "esfera da reprodução", teriam de se apoiar em outras referências (SADER, 1995, p.194/195.)

Considerando-se que não possuem uma *carta nas mangas* como os operários e nem se direcionam tal qual os movimentos sociais no campo, visto que a questão fundiária urbana congrega problemas de outra ordem, qual seria então, o modo de reivindicação adequado para tal população de rua? A resposta a esta questão passa pela complexidade que envolve as relações entre pesquisador/pesquisado e saber produzido/instituições, ou seja, passa necessariamente pelo significado e relevância do trabalho intelectual frente ao fenômeno estudado e sua conseqüente influência neste fenômeno.

Se por um lado existem produções científicas que conseguem desvendar importantes circunstâncias da realidade social, por outro lado a transformação deste saber em ações que viabilizem uma melhor condição de vida para as pessoas toma-se muitas vezes algo fora do alcance (ou do interesse) de instituições em geral.

#### 4. O (DES) EQUILÍBRIO NA APLICAÇÃO DA LEI NO BRASIL

Pinheiro destaca que: "No Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, há um enorme gap entre o que está escrito na lei e a realidade brutal da aplicação da lei" (PINHEIRO, 1997, p.43). É referindo-se à Constituição Federal e ao abismo existente entre as leis ali expressas e a sua aplicação que ele caracteriza aspectos da violação das leis no país.

É evidente que usufruir dos direitos no Brasil está ligado a posição sócioespacial da pessoa. Enquanto em determinados bairros luta-se por saneamento básico, grandes produtores rurais lutam por anistia para

dívidas exorbitantes – muitas vezes contraídas para comprar artigos de luxo. Além disso, ao mesmo tempo que se tem prisioneiros, cujas penas já foram cumpridas e não foram libertados, têm-se a ação dos advogados dos poderosos que usam infinitos recursos e apelações para minimizar as penas de seus clientes. A lei que possui mecanismos econômicos para sua aplicação e defesa não pode ser considerada justa e tampouco imparcial.

No município de Presidente Prudente (SP) não é diferente, pois, na Lei Orgânica deste município pode-se observar que: "A Assistência Social deve ser considerada como direito do cidadão, assegurando a quem dela necessitar, benefícios e serviços públicos, para atendimento das necessidades humanas básicas" (Presidente Prudente - SP, 1996, art. 248, p.66). Logo, o referido abismo também existe no âmbito municipal visto que a existência de pessoas morando nas ruas é uma realidade local. Contudo, outros problemas se apresentam ao se buscar respostas para estas questões: os atendidos pela assistência prometida na lei seriam somente os que *procuram* a instituição pública ou também aqueles que sequer sabem que ela existe? Qual a abrangência do termo cidadão citado na referida lei? Recolher pessoas e colocá-las num abrigo sem um projeto pedagógico eficiente resolve em que medida o problema?

A falta de equidade na possibilidade de aplicação da lei é um dos motivos que alimentam o processo de exclusão social no Brasil. Isso faz com que os dominantes se articulem e formulem organizações que cada vez mais protejam seus interesses, pois sabem que são estas organizações que permitem pressionar tanto a formulação de novas leis quanto a aplicação daquelas que a maioria da população sequer sabe que existe, em benefício próprio.

Tem-se então que o meio legal pode funcionar como *espaço de possibilidades para legitimar a coução*, caso os grupos – que tanto aplicam, quanto formulam leis – não sejam organizados de forma democrática/participativa, respeitando não apenas os grupos representantes instituídos, mas também aqueles grupos que são praticamente impedidos de se manterem, por falta de tempo, recursos e espaço.

O Homem está acima da lei, desta forma, ela não pode escravizá-lo e oprimi-lo e sim servir para libertá-lo. A convivência social não pode ser regulamentada por aqueles que não convivem socialmente ou não participam do cotidiano e do vivido da sociedade a que pertencem. A participação popular nos processos e formulações da estrutura social acaba sendo impedida por fatores criados para segregar os dominados, estes fatores estão intimamente relacionados com o processo de exclusão social, pois não seria compatível aos dominantes proporcionar equidade e, mesmo assim, manterem suas relações de poder.

É óbvio, então, que lançar sobre as vítimas do processo de exclusão toda a culpa da violência da sociedade é uma das formas de construir – no imaginário social – uma representação que legitima a coação.

Quando Pinheiro enfatiza o uso da violência, respaldado pelas elites, para manter a ordem social, ele destaca que: “Hoje em dia, o principal alvo da arbitrariedade policial são os mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira: o pobre, o trabalhador rural e sindicalistas, grupos minoritários, crianças e adolescentes abandonados, muitos vivendo nas ruas” (PINHEIRO, 1997, p.44). O tratamento diferente dado pela polícia aos grupos marginalizados pode revelar a construção de um discurso representacional que legitima a violência e a manutenção de uma ordem arcaica dos menos favorecidos. Entre as formas de perpetuar esta situação encontra-se o discurso de que estes seriam perigosos e uma ameaça a uma população que precisaria ser protegida, sem se dar conta de que as pessoas que fazem parte destas minorias estigmatizadas também são cidadãos. Assim, o contexto em que vive a população de rua começa a ser exposto mais claramente, mesmo no caso em que a violência a que esteja submetida possua diversas formas e intensidades.

Detalhes de uma sociedade desigual são passíveis de serem encontrados na apreensão do modo de vida da população de rua, podendo revelar uma postura em que as elites tendem a mascarar a situação destes.

Uma dramática desigualdade entre ricos e pobres, um gap profundo e histórico que não diminuiu mas, pelo contrário, aumentou as dificuldades das novas democracias. A combinação de uma falta de controle democrático sobre as classes dominantes e a negação dos direitos para os mais pobres reforça as diferenças sociais hierárquicas, fazendo com que os direitos e o império da lei sejam pouco mais que uma cortina de fumaça para uma terrível dominação (PINHEIRO, 1997, p.47)

Outra questão destacada refere-se ao papel das instituições. As instituições do Estado encarregadas de garantir a lei e a ordem são “de larga escala disfuncionais” (PINHEIRO, 1997:47). Desta maneira, voltando-se à Polícia e ao Judiciário o autor deixa margem para incluir nesta disfuncionalidade outras instituições como as relacionadas à comunidade social. Uma das dificuldades está exatamente no fato de que muitas das instituições que prestam serviço social geram uma relação paternalista na ajuda, além de atribuírem o elemento da dívida da população de assistidos na relação assistentes x assistidos. O aprimoramento das ações sociais e uma mudança no paradigma de atendimento poderiam colaborar para minimizar certas carências neste campo composto por sujeitos diferentes. Como proposta pode-se apontar uma formação que proporcione o conhecimento dos direitos ao maior número de pessoas possível. Estas são ações prioritárias em todo trabalho de assistência social que não compactua com um sistema alienante que pode gerar um assistencialismo. Estas intervenções podem parecer óbvias, porém o perigo está em justamente parecerem óbvias, pois existem vários tipos de impedimentos - para com as pessoas atingidas pelo processo de exclusão social – que ocorrem no interior das sociedades modernas: impede-se a vida social ao não se criar espaços para satisfazerem suas necessidades; impede-se os projetos de vida, por limitar-se até a vontade de sonhar; impede-se a vida física, ao protelar possíveis ajudas aos necessitados (à espera de uma lei ou um projeto).

No trabalho de Pinheiro, também pode ser encontrada outra descrição da situação, por vezes caótica, da sociedade brasileira. Quando o

Estado não cumpre sua função, as instituições privadas surgem como possibilidades de solucionar os problemas, o que, muitas vezes vem agravá-los, e noutras acaba por conseguir resultados que realmente vão ao encontro dos anseios da população excluída ou marginalizada como é o caso da Organização Viva Rio, criada em 1993, na qual se buscou entre outros objetivos integrar as favelas às metrópoles (PINHEIRO, 1997, p.50).

## 5. A UTILIZAÇÃO DO SIMBOLISMO NA APREENSÃO DO IMAGINÁRIO CAPTURANDO O SIGNIFICADO IDEOLÓGICO

Se esse abismo existente entre o discurso e a ação pública e essa carga ideológica construída para perpetuar uma situação de exploração são reais e difíceis de serem modificados, nada como uma análise engendrada no imaginário instituído, para alcançar novos níveis de reelaboração dos métodos, ajudando assim a solucionar os problemas práticos e teóricos.

Em Castoriadis (1995), encontra-se a apresentação do imaginário, sendo este o lócus da criação da realidade, da racionalidade e também como elemento de negação da teoria pura, pois segundo ele

Não existe lugar e ponto de vista exterior à história da sociedade, ou “logicamente anterior” a estas, onde pudéssemos situar para fazer sua teoria – inspecioná-las, contemplá-las, afirmar a necessidade determinada de elas assim, “constituí-las”, reflexionar ou refleti-las em sua totalidade. Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história (CASTORIADIS, 1995, p. 13.)

Dáí que o conhecimento é produzido e produz um saber criativo embora sempre inserido no contexto do próprio objeto analisado e proveniente de uma razão instituída. Uma analogia a isto pode ser obtida quando é apresentada a proposta de Marx: Marx foi o primeiro a mostrar que a significação de uma teoria não pode ser compreendida independentemente da prática histórica e social à qual ela corresponde, na qual ela se prolonga ou que serve para encobrir (CASTORIADIS, 1995, p.20).

Logo, trabalhar com as pessoas atingidas pelo processo de desenvolvimento social numa cidade média brasileira – como é o caso da pesquisa aqui apresentada – deve ser algo que procure tangenciar uma teoria na qual efetivamente se consiga dar conta da complexidade e das especificidades contextuais e da apreensão do fenômeno.

Um caminho que pode ser explorado para se apreender os processos que geram populações excluídas é o que permeia as análises subjetivas que envolvem as representações e os simbolismos. Castoriadis apresenta duas formas amplas de existência do simbólico: na linguagem e nas instituições. Também destaca que não é o excesso de signos que dá intensidade ao significado simbólico.

A fronteira passa quase por qualquer lugar; existe a nudez do templo protestante e a selva luxuriante de certos templos hindus; e de repente, lá onde o simbolismo parece ter-se apoderado de cada milímetro de matéria, como em alguns pagodes no Sião, percebe-se que ao mesmo tempo, esvaziou-se de conteúdo, que se tornou essencialmente simples decoração (CASTORIADIS, 1995, p.144)

Na pesquisa em questão, o trabalho com narrativas se torna relevante, pois são meios de se compreender o imaginário social, inclusive quando um possível campo de ausências possa surgir revelando mais do que foi dito. No entanto, existem especificidades no trabalho com este procedimento, relativas a abrangência do simbolismo, por exemplo:

O simbolismo não pode ser nem neutro, nem totalmente adequado, primeiro porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos. Isso é evidente para o indivíduo que encontra sempre diante de si uma linguagem já constituída, e que se atribui um sentido privado e especial a tal palavra, tal expressão, não o faz dentro de uma liberdade ilimitada mas deve apoiar-se em alguma coisa que aí se encontra (CASTORIADIS, 1995, p.146)

Outro aspecto importante ressaltado é a utilização do simbolismo da linguagem e da instituição para “*dizer com palavras novas coisas antigas*” (CASTORIADIS, 1995, p.148), quando é utilizado o exemplo dos bolchevistas após a Revolução Russa, ou seja, trata-se da utilização de máscaras do sistema simbólico da sociedade. É uma advertência ao verdadeiro sentido que uma luta deve assumir, procurando buscar um novo que não signifique *novo apenas para o movimento e sim um novo para toda a sociedade*, pois do contrário não haveria mudanças profundas e sim superficiais que não dariam conta de gerar justiça social e sim satisfazer os vencedores, como muitas vezes ocorreu.

Tendo em vista que os significados simbólicos podem variar de acordo com a pessoa – conforme o sentido atribuído a tal palavra ou expressão - e que os limites da linguagem interferem na representação em si, pode-se conceber que uma reformulação de significados possa transformar modos de vida. Dessa forma, quando é feita referência ao simbolismo e sua influência no imaginário pode-se questionar: como as narrativas da população de rua podem ser interpretadas levando em consideração o sentido dado ao símbolo? Lembrando que: O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de imagens mas estas imagens lá estão como representando outra coisa, possuem, portanto, uma função simbólica (CASTORIADIS, 1995, p.154)

Também é explicada a verdadeira função das *significações imaginárias sociais*, demonstrando que estas possuem uma atividade de conexão (conotar) e não de significação (denotar), o que revela por si só uma ambigüidade na expressão *significações imaginárias sociais*, pois

As significações imaginárias sociais – pelo menos as que são verdadeiramente últimas – não denotam nada, e conotam mais ou menos tudo; e é por isso que elas são tão freqüentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e que chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos designar), e atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem (CASTORIADIS, 1995, p.173)

Logo, o significado que uma rua, placa ou marquise possui, pode ser apenas de função relacional entre o ser e o estar do sujeito e não de um símbolo em si. O fato de pessoas morarem nas ruas pode ter um significado diverso para várias pessoas e, mais ainda, para aquele que é o próprio morador de rua. A intensidade do significado do *morar na rua* variará de acordo com o campo de representações que a pessoa possui, fazendo deste fato algo normal, diferente ou inconcebível.

A esta altura, é possível considerar as dificuldades encontradas em pesquisas sociais em tempos passados, pois, se desvendar o imaginário social é difícil, mais ainda seria compreender como uma crítica autônoma (desinstituída) ganha forma em meio à sociedade e se externaliza a ela.

Pretendeu-se com este artigo, evidenciar o papel das construções psicológicas que perpassam vários campos do conhecimento para estabelecer processos de exclusão, mantê-los, legitimá-los e punir aqueles que não compactuam com eles, estigmatizando-os com rótulos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 418p.
- DECCA, Edgar S. **O silêncio dos Vencidos**. 3.ed. São Paulo:

Brasiliense, 1986. 209p.

JAKOBSEN, K.A., MARTINS, R., DOMBROWSKI, O. (Orgs.) **Mapa do Trabalho Informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/CUT, 2000, (Brasil Urgente).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e Esfera Pública**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"**. Trad. Gustavo Bayer, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215p.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Violência, crimes e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997.

PRESIDENTE PRUDENTE (SP). Lei Orgânica Municipal, promulgada a cinco de Abril de 1990, alterada e atualizada pela Resolução nº 200, de vinte e sete de março de 1996. Presidente Prudente, Câmara Municipal, 71p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 329p.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.267-304.